



# Informativo TSE

Informativo TSE – Ano VII – Nº 30

Brasília, 26 de setembro a 2 de outubro de 2005

## SESSÃO PÚBLICA

**Recurso de natureza extraordinária. Juízo primeiro de admissibilidade. Alcance do crivo. Prova. DVD. Exibição na assentada de julgamento. Recurso especial. Julgamento. Matéria fática.**

Tratando-se de recurso de natureza extraordinária, interposto a partir de alegada vulneração a lei, é indispensável o exame de fundo. A um só tempo encerra ele pressuposto específico de recorribilidade e mérito do próprio conflito a ser dirimido uma vez processado o recurso. Constando do acórdão proferido a análise da fita existente, presume-se que os demais integrantes do órgão julgador tenham se declarado satisfeitos, descabendo cogitar da obrigação de exibir o teor da fita. Nesse entendimento, o Tribunal desproveu o agravo. Unânime.

*Agravo de Instrumento nº 5.646/SP, rel. Min. Marco Aurélio, em 27.9.2005.*

**Agravo regimental. Agravo de instrumento. Ação de investigação judicial eleitoral. Decisão interlocutória. Não-cabimento de agravo de instrumento.**

Contra decisão interlocutória em sede de ação de investigação judicial eleitoral não cabe agravo de instrumento. Precedentes. Nesse entendimento, o Tribunal desproveu o agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.459/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, em 27.9.2005.*

**Ação de investigação judicial eleitoral. Art. 41-A. Presentes nos autos prova suficiente para o convencimento do juiz, é incabível dilação probatória. Precedente. Promessas genéricas ao eleitorado. Ausência de caracterização de captação de sufrágio.**

Não há que se falar em cerceamento de defesa. Tampouco restou caracterizada a captação de sufrágio. Trata-se de promessas genéricas. Precedente da Corte (Acórdão nº 4.422, de 9.12.2003). Nesse entendimento, o Tribunal desproveu o agravo. Unânime.

*Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.498/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, em 27.9.2005.*

**Investigação judicial eleitoral. Abuso de poder econômico. Reexame de matéria de prova. Ausência de indicação do dispositivo legal violado e de dissídio jurisprudencial.**

Incidentes à espécie a Súmula-STF nº 279 e a Súmula-STJ nº 7, uma vez que a questão situa-se no campo probatório. O agravante não apontou nenhum dispositivo legal que tenha sido violado, não havendo fundamentação para suas alegações. (Súmula-STF nº 284.) Precedentes da Corte.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.599/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, em 29.9.2005.*

**Agravo regimental. Agravo de instrumento. Propaganda eleitoral extemporânea. Jornal. Mensagem em homenagem ao dia das mães com fotografia do pré-candidato. Menção ao pleito futuro. Indicação do partido e da ação política a ser desenvolvida. Caracterização. Art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97.**

Mensagem que possui todos os quesitos que caracterizam a propaganda eleitoral. Não se trata de ato de mera promoção pessoal, e sim da configuração de propaganda eleitoral extemporânea, devendo ser mantida a sanção pecuniária aplicada com base no art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.703/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, em 27.9.2005.*

**Agravo regimental. Agravo de instrumento. Propaganda eleitoral. Rádio. Elementos dos autos que não permitem conclusão diversa a que chegou o regional.**

Na peça recursal, foi feito o devido cotejo analítico entre os precedentes citados pela agravante, porém somente poderia ser apreciada a referida divergência jurisprudencial em tese, uma vez que os elementos dos autos não permitem conclusão diversa a que chegou o regional. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.818/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, em 27.9.2005.*

**Agravo regimental. Recurso especial. Eleições 2004. Abuso do poder econômico e político. Prefeito. Doação. Materiais. Uso máquinas. Transporte. Eleitores.**

O entendimento do TRE assentado na apreciação das provas não pode ser rejeitado em recurso especial (Súmula-STJ nº 7). Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.224/RO, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 29.9.2005.*

**Agravo regimental. Recurso especial. Eleições 2004. Cassação. Diploma. Prefeito. Aije. Prova emprestada. Validade. Não-provimento.**

A simples transcrição de ementas não é suficiente para demonstrar a ocorrência de dissídio (Súmula-STF nº 291).

Não se exige trânsito em julgado em Aije para tomar de empréstimo as provas produzidas no RCED. Precedentes. (RCED nº 653/SP.) O agravante não afastou os fundamentos da decisão agravada (Súmula-STJ nº 182). Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.238/RO, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 29.9.2005.*

**Agravo de instrumento. Eleições 2004. Propaganda extemporânea. Regimental. Embargos declaratórios. Requisitos. Ausência. Rejeição.**

Razões do agravo de instrumento se limitaram a reproduzir o alegado recurso especial (Súmula-STJ nº 182). Não existem as alegadas omissões. Embargantes pretendem o rejugamento da causa. Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

*Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 4.808/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 27.9.2005.*

**Recurso especial. Cotejo. Obra pública. Inauguração. Art. 77 da Lei nº 9.504/97.**

O cotejo indispensável a que se diga enquadrado o recurso especial em um dos permissivos próprios faz-se a partir das premissas fáticas do acórdão proferido, sendo defeso proceder-se a exame da prova para substituí-las. Não configura situação jurídica enquadrável no art. 77 da Lei nº 9.504/97 o comparecimento de candidatos ao local após a inauguração da obra pública, quando já não mais estão

presentes no lugar os cidadãos em geral. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 24.852/SC, rel. Min. Marco Aurélio, em 27.9.2005.*

**Ação penal. Justa causa. Trancamento. Excepcionalidade.**

O trancamento da ação penal na via do *habeas corpus* pressupõe o descompasso dos fatos narrados na denúncia com a ordem jurídica, surgindo no campo da excepcionalidade maior. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

*Recurso em Habeas Corpus nº 90/CE, rel. Min. Marco Aurélio, em 29.9.2005.*

**Propaganda partidária. Promoção pessoal de filiado. Propaganda de pré-candidato. Desvirtuamento. Parcial procedência da representação.**

O espaço destinado à propaganda partidária deve ser utilizado para a divulgação de temas político-comunitários e do ideário da agremiação partidária, com observância do estabelecido pela legislação que regula a matéria, sob pena de tratamento desigual entre os partidos políticos. A utilização de parte do tempo da propaganda para promoção pessoal de futuro candidato impõe a aplicação da penalidade da cassação do direito de transmissão no semestre seguinte ao do julgamento. Nesse entendimento, o Tribunal julgou procedente, em parte, a representação, para cassar dois minutos do tempo de transmissão de propaganda partidária, em cadeia, no Estado de Mato Grosso do Sul, a que teria direito o representado no primeiro semestre de 2006. Unânime.

*Representação nº 769/MS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 27.9.2005.*

## SESSÃO ADMINISTRATIVA

**Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Cargo. Encaminhamento de lista tríplice. Atendimento das formalidades legais.**

Cumpridas as normas legais pertinentes, defere-se o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo para nomeação, nos termos do art. 25, § 5º, do Código Eleitoral. Unânime.

*Encaminhamento de Lista Tríplice nº 435/AP, rel. Min. Marco Aurélio, em 27.9.2005.*

**Pedido. Subsecretaria de Comunicação Institucional. Órgão. Presidência da República. Autorização. Veiculação. Publicidade de utilidade pública. Prorrogação. Campanha do desarmamento. Decisão monocrática ad referendum do Tribunal. Indeferimento. Realização. Referendo. Indevida influência na vontade do eleitor. Ausência. Pressupostos. Grave e urgente necessidade pública. Art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/97.**

Publicidade que pode provocar estímulo a influir indevidamente na vontade do eleitor. Ausência do pressuposto de “grave e urgente necessidade pública” a justificar o deferimento de sua veiculação. Nesse entendimento, o Tribunal referendou a decisão que indeferiu o pedido. Unânime.

*Petição nº 1.678/DF, rel. Min. Caputo Bastos, em 27.9.2005.*

**Processo administrativo. Questionamento. Presidente de Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Orientação. Realização. Referendo. Rodízio. Juízes. Biênio. Prorrogação. Critérios. Res.-TSE nº 21.009. Consulta. Ilegitimidade. Art. 23, XII, do Código Eleitoral. Não-conhecimento.**

Membro de TRE não tem legitimidade para formular consulta ao Tribunal Superior Eleitoral. Precedentes. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da indagação. Unânime.

*Processo Administrativo nº 19.450/RJ, rel. Min. Caputo Bastos, em 27.9.2005.*

**Processo administrativo. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Questionamento. Art. 6º da Res.-TSE nº 21.009. Aplicação. Referendo. Consulta. Ilegitimidade. Art. 23, XII, do Código Eleitoral. Não-conhecimento.**

Tribunal Regional Eleitoral não tem legitimidade para formular consulta. Precedentes da Corte. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da indagação. Unânime.

*Processo Administrativo nº 19.462/CE, rel. Min. Caputo Bastos, em 27.9.2005.*

## DESPACHOS/DECISÕES DOS JUÍZES AUXILIARES

### RECLAMAÇÃO Nº 389/DF

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Procede o inconformismo da representante. Expeça-se ofício à representada para cumprir o pretendido pela representante. Anexar cópia.

Brasília, 28 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 29.9.2005, às 10h30min.*

### REPRESENTAÇÃO Nº 780/DF

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Decisão.

Vistos, etc.,

O Ministério Público relata, com fidelidade, os fatos descritos nos autos. Adoto, conseqüentemente, o registrado às fls. 100-101:

“A frente parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa ingressou com representação, alegando que a representada está recebendo doações indiretas da organização não-governamental Viva Rio, pessoa jurídica sem fins lucrativos que recebe recursos de empresas e entidades internacionais. Salienta que tal conduta afronta o disposto no art. 10, inciso VII, da Res.-TSE nº 22.041/2005, e afeta o equilíbrio no referendo de 23 de outubro de 2005.

Requeru medida liminar, a fim suspender a realização do evento marcado para 11 de agosto de 2005, na sede da ONG Viva Rio, em favor do desarmamento. Nesse evento, seriam lançados dois livros sobre a venda de armas, e haveria a apresentação de grupo musical e coquetel, com a presença do Senador Renan Calheiros, outros parlamentares e artistas.

O eminente relator, entendendo não ser o caso de suspensão do evento, deferiu a medida liminar apenas para ‘determinar à representada que, em relação ao evento questionado, não receba, direta ou indiretamente, recursos da ONG Viva Rio, devendo ela, frente parlamentar Por um Brasil sem Armas, arcar com os custos de realização do evento, sob as penas da lei.’ [Fls. 84-86.]

A frente parlamentar Por um Brasil sem Armas ofereceu a defesa escrita de fls. 91-95, na qual esclarece que a presença de seus integrantes à reunião de lançamento dos dois livros não constitui, nem de longe, recebimento de recursos em seu favor, seja na forma direta ou indireta.

Aduz que não há nos autos a prova de que o evento seria custeado com recursos do Viva Rio, e que o disposto no art. 10, inciso VII, das instruções, seria inaplicável ou, pelo menos, a sua teleologia suscita temperamentos, porquanto, muito embora seja relevante, o bem jurídico que se quer protegido não reclama a mesma rigidez exigida para a eleição de parlamentares e chefes do Poder Executivo.” [Fl. 94.]

É o relatório. Decido.

Estou de acordo com a manifestação do Ministério Público. Correto o parecer quando desenvolve os seguintes fundamentos (fls. 101-102):

“No ponto em que pretende impedir a realização do evento marcado para 11 de agosto de 2005, a representação perdeu seu objeto, já que o eminente relator, no momento adequado, deixou de conceder a liminar para o fim requerido, por não haver nos autos a prova da doação de recursos.

O art. 10, inciso VII, da Res.-TSE nº 22.041, dado como violado, tem a seguinte redação:

‘Art. 10. É vedado à frente parlamentar receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

(...)

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.’

Apesar de reproduzir o texto do art. 24, inciso VII, da Lei nº 9.504/97, a norma deve ser aplicada com rigor, uma vez inserida nas instruções sobre a arrecadação e a aplicação de recursos no referendo de 23 de outubro de 2005. Sua inobservância poderá levar os responsáveis a responder por abuso do poder econômico, com decreto de inelegibilidade, na forma prevista nos arts. 25, da Lei das Eleições, 22, inciso XIV, da Lei Complementar nº 64/90.

Na espécie, entretanto, a representante preocupou-se apenas em demonstrar, com a documentação acostada, que a ONG Viva Rio vem recebendo, nos últimos anos, recursos oriundos de empresas e entidades internacionais. Não se desincumbiu de apresentar a prova do uso, direto ou indireto, de recursos da entidade não-governamental no evento ocorrido em 11 de agosto de 2005.

Como bem lembrou o eminente relator, citando precedente do Tribunal Superior Eleitoral, a pessoa jurídica sem fins lucrativos, que receba recursos do exterior, não está impedida de prestar seus serviços, fornecer ou emprestar bens móveis ou imóveis, desde que ocorra o pagamento do preço correspondente. O que é vedado é a doação, que não foi comprovada na hipótese dos autos [cf. Resolução nº 14.385/DF, de 2.8.94, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 1º.9.94, p. 22.618].

Ante a absoluta ausência de prova do quanto alegado, portanto, o Ministério Público Eleitoral opina pela improcedência da representação.”

Impossível acolher a pretensão da representante sem que exista prova concreta, direta ou indireta, de que recursos da entidade não-governamental apontada estejam sendo desviados para propaganda concernente ao referendo sobre o desarmamento.



Isso posto, tenho como improcedente a presente representação.

Intimações necessárias. Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 28.9.2005, às 10h.*

## **REPRESENTAÇÃO Nº 785/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Vistos, etc.

O Ministério Público Eleitoral, em parecer lavrado pelo eminente vice-procurador-geral eleitoral, Mário José Gisi, opina pelo arquivamento da presente representação, nos termos seguintes (fls. 60-62):

“O Ministério Público Federal, nos autos em epígrafe, diz a V. Exa. o que segue:

Trata-se de representação, com pedido liminar, proposta pela frente parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa sob o fundamento de haver afronta ao princípio da igualdade de oportunidades entre os concorrentes no pleito e à legislação pertinente ao referendo de 23 de outubro de 2005.

Aduz a representante que a videoconferência pelo ‘sim’ à proibição do comércio de armas de fogo a ser realizada dia 24 de agosto de 2005, por meio da comunidade virtual do Poder Legislativo (Interlegis), significa uma propaganda unilateral custeada pelo Poder Legislativo. Assim, pugna pela aplicação do disposto no art. 73, inciso I, da Lei nº 9.504/97 e no art. 377, do Código Eleitoral, em conformidade com a diretriz estabelecida no art. 10 da Instrução-TSE nº 98 (Res.-TSE nº 22.032/2005).

Liminar não foi concedida por ausência de ofensa à legislação eleitoral e ausência de prova da participação direta da frente parlamentar Por um Brasil sem Armas, resguardando-se, então, a liberdade ao debate vinculado às grandes questões de interesse nacional.

A representante, às fls. 28-32, esclarece que a videoconferência foi prorrogada em razão do oferecimento desta representação e requer que a decisão de indeferimento da liminar seja reconsiderada. Caso assim não se entenda, pugna por aceitar agravo regimental – para suspender a realização da videoconferência, bem como a transmissão às assembleias legislativas e câmaras municipais – sob o argumento de que a frente representada é parceira no evento, estando a videoconferência na agenda de eventos do site oficial da representada. Sendo, além disso, falsa a afirmação de que foram convidados parlamentares favoráveis e contrários à comercialização das armas.

O julgamento do agravo regimental interposto restou assim ementado:

‘Eleitoral. Representação. Agravo regimental. Referendo sobre desarmamento. Propaganda. Resolução nº 22.033 de 4.8.2005. Transmissão de debates pela Internet. Comissão de Direitos

Humanos. Possibilidade. Existência de natureza educativa e de interesse público.

1. A restrição imposta pelo art. 5º da Res. nº 22.033/2005 (que veda a realização de propaganda em páginas de provedores de acesso à Internet) dirige-se apenas às duas frentes parlamentares já constituídas, não se estendendo à transmissão de debates sobre desarmamento veiculado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, por via da Interlegis, sistema virtual de comunicação de dados pertencente a esse poder da República.

2. A liberdade de debate vinculado às grandes questões de interesse nacional deve ser assegurada, tal como na hipótese.

3. Nesse contexto, ausentes os pressupostos para a concessão da liminar vindicada, sejam os autos, após as respostas, encaminhados ao Ministério Público Federal.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.’

É o relatório.

Considerando que se operou o trânsito em julgado do acórdão de agravo regimental (fls. 51-57) em 29.8.2005, sem que qualquer objeto desta representação esteja pendente de exame – uma vez ocorreu a antecipação da tutela em relação a inexistência de propaganda irregular e de afronta ao princípio da igualdade de oportunidades entre as frentes parlamentares – é de se manter a decisão pelos seus próprios fundamentos.

Por tais razões, opina o Ministério Público Federal pelo arquivamento do feito.”

Estou de acordo com o pronunciamento do Ministério Público.

Correta a afirmação da parecerista no sentido de que, após o trânsito em julgado do acórdão referente ao agravo regimental, não pende qualquer objeto concreto a ser apreciado pela presente representação.

Permanecem, portanto, com validade e eficácia as razões, fundamentos e conclusões do acórdão de fl. 51.

Isso posto, julgo improcedente o pedido formulado na representação ora examinada, determinando, nos termos do parecer ministerial, o arquivamento do feito.

Intimações necessárias. Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 28.9.2005, às 10h.*

## **REPRESENTAÇÃO Nº 786/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Vistos, etc.

O Ministério Público, ao opinar, apresentou a fundamentação seguinte (fls. 71/74):

“O Ministério Público Federal, nos autos em epígrafe, diz a V. Exa. o que segue:

A frente parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa ingressou com representação, alegando que a frente parlamentar Por um Brasil sem Armas vem

recebendo doação indireta da organização não-governamental Viva Rio, pessoa jurídica sem fins lucrativos recebe recursos de entidades e governos estrangeiros.

Salienta que a Viva Rio está apoiando explicitamente a frente parlamentar representada, organizando e participando de vários eventos pela campanha do proibição do comércio de armas, e divulgando notícias da campanha da representada em seu *site* oficial. Tal conduta afrontaria o disposto no art. 10, incisos I e VII, da Res.-TSE nº 22.041/2005, e acarretaria a quebra de igualdade de oportunidades, bem como o abuso de poder econômico e o desequilíbrio no referendo de 23 de outubro de 2005.

Destacou trecho de nota divulgada pelo jornal *O Dia/SP*, de 24.8.2005, de teor seguinte:

‘A Prefeitura de São Paulo acertou segunda-feira, em audiência com Rubem César Fernandes, diretor da ONG Viva Rio, e Denis Minze, diretor executivo do Instituto Sou da Paz, a participação em um grande evento suprapartidário a ser realizado no município, em setembro. As duas ONGs lideram a campanha pela proibição ao comércio de armas, no referendo nacional que ocorrerá em 23 de outubro.’

Requeru medida liminar, indeferida pelo eminente relator, que entendeu ‘insuficientes as provas referentes à alegação de que a frente parlamentar está recebendo, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro’ [fl. 21].

A frente parlamentar Por um Brasil sem Armas ofereceu defesa escrita [fls. 33-38], onde aduz que as notas jornalísticas e a manutenção de *site* na Internet, cujo acesso depende da vontade do internauta, não configuram nenhuma infração, pretendendo o autor da representação simplesmente criar incidentes infundados, com nítida intenção de impedir a sociedade civil de debater e de manifestar-se em suas diversas instâncias, sobre o tema da consulta popular de 23 de outubro de 2005.

Também apresentou defesa escrita a organização. Não-governamental Viva Rio [fl. 94], rebatendo todos os argumentos da representante.

É o relatório

O art. 10, incisos I e VII, da Res.-TSE nº 22.041, dado como violado, tem a seguinte redação:

‘Art. 10. É vedado à frente parlamentar receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.’

Na espécie, como bem salientou o nobre relator ao apreciar o pedido de liminar, a frente parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa não trouxe a prova de que a frente parlamentar representada esteja recebendo, direta ou indiretamente, doação em

dinheiro ou estimável em dinheiro da organização não-governamental Viva Rio. Tal como em outras representações ajuizadas perante essa Corte, a autora limita-se a fazer afirmações genéricas, fundadas em notas de jornal ou da Internet, sem apresentar fato concreto que comprove a ofensa à norma mencionada.

De outro lado, a ONG Viva Rio não está impedida de aderir ou apoiar a frente parlamentar representada. A Instrução nº 93, que cuida dos atos preparatórios, permitiu, em seu art. 4º, a vinculação de entidades representativas da sociedade civil a qualquer das frentes, ‘para representar as correntes favoráveis e contrárias à manutenção do art. 35 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.’

De acordo com precedente do Tribunal Superior Eleitoral, a pessoa jurídica sem fins lucrativos, que receba recursos do exterior, também não está impedida de prestar seus serviços, fornecer ou emprestar bens móveis ou imóveis, desde que ocorra o pagamento do preço correspondente. Vedada é a doação, que não foi comprovada na hipótese dos autos [cf. Res. nº 14.385/DF, de 2.8.94, rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* de 1º.9.94, p. 22.618].

Por fim, não se pode inibir, a estas alturas, a manifestação ou o engajamento de uma entidade privada na campanha pelo fim do comércio de armas, pois a propaganda sobre o referendo está permitida desde 1º de agosto de 2005, nos termos do disposto no art. 2º, da Res.-TSE nº 22.033/2005.

À vista do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pela improcedência da representação.”

Com razão o órgão ministerial.

As principais linhas de nosso ordenamento jurídico, todas sustentadas nos postulados regedores da democracia, não permitem que a título de exercício do poder de controlar a propaganda eleitoral, iniba-se a manifestação ou participação de entidades privadas em plebiscito destinado a se apurar a vontade popular no referente ao comércio de armas e, conseqüentemente, o desarmamento.

De todo o exposto, colhendo as razões do Ministério Público, julgo improcedente a presente reclamação.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 22 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 28.9.2005, às 10h.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 789/DF**

**RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI**

**DECISÃO:** A decisão de fls. 89-94 transitou em julgado no dia 26.9.2005, às 8h1min (fl. 97). Os embargos de declaração de fls. 99-101 foram protocolados no dia 26.9.2005, às 18h10min (fl. 99).

Destes não conheço por intempestivos.

Brasília, 29 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 30.9.2005, às 11h40min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 791/DF**

**RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI**

**DECISÃO:** Decisão. Denego a liminar.

É salutar o amplo debate sobre o tema. Não há prova inequívoca sobre os fatos alegados.

Esgotado o prazo de resposta, ao Ministério Público.  
Brasília, 28 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária,  
em 28.9.2005, às 17h.*

**REPRESENTAÇÃO Nº 793/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Vistos, etc.

Tenho como relatório o apresentado pelo Ministério Público.

A representação merece provimento.

Correto parecer ministerial.

Tenho os seus termos como razões de decidir.

Os fundamentos da presente decisão são os apresentados na liminar concedida e no parecer do Ministério Público. Estão incorporados à presente decisão.

Isto posto, julgo procedente a representação, deferindo todos os seus termos.

Oficie-se para cumprimento.

Anexe-se cópia do pedido, da liminar e do parecer.

Notifique-se.

Publique-se.

Em 3.10.2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária,  
em 3.10.2005, às 17h30min.*

**REPRESENTAÇÃO Nº 796/DF**

**RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO**

**DECISÃO:** Despacho.

A medida requerida em caráter liminar – retirada de *outdoors* e recolhimento dos 55 mil exemplares da revista – é satisfativa ou, no mínimo, de difícil reversibilidade.

Acresce que, segundo narra a própria inicial, “a *Revista Trip* já foi distribuída há mais de uma semana”, acrescentando que as “duas publicidades ora impugnadas já foram amplamente divulgadas (...)”.

Se assim é e levando em conta que o rito da presente representação é extremamente célere, não me parece adequada a concessão da liminar. Com efeito, não faz sentido criar onerosíssima situação provisória cujo eventual desfazimento pode dar-se em poucos dias.

Ouvidas as partes e o Ministério Público, decidirei sobre o mérito.

Indefiro, pois a liminar. Transcorrido o prazo para manifestação das representadas, com ou sem suas respostas, encaminhem-se os autos ao douto Ministério Público Eleitoral, para parecer em 24 (vinte e quatro) horas.

Brasília, 27 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária,  
em 28.9.2005, às 10h.*

**REPRESENTAÇÃO Nº 796/DF**

**RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO**

**DECISÃO:** Adoto o relatório elaborado pelo íncito vice-procurador-geral eleitoral, Dr. Mário Gisi (fls. 53-4), que transcrevo:

“A frente parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa ingressou com representação, alegando que a *Revista Trip* traz na capa e em dezesseis páginas uma grande propaganda em benefício da frente parlamentar Por um Brasil sem Armas, com a matéria cujo título é

‘Por que você deve optar pelo desarmamento – 16 páginas que desatam um nó que pode mudar este país’. Além disso, a revista estaria divulgando seu posicionamento em favor da frente parlamentar representada, mediante centenas de *outdoors*, com infração ao disposto no art. 14, da Res.-TSE nº 22.033/2005.

O eminente relator do feito indeferiu a medida liminar, por entender que a retirada dos *outdoors* e o recolhimento dos exemplares da revista, como pleiteado, teriam caráter satisfativo, e porque ‘(...) a *Revista Trip* já foi distribuída há mais de uma semana, acrescentando que as duas publicidades ora impugnadas já foram amplamente divulgadas’ (fl. 18).

A frente parlamentar Por um Brasil sem Armas e a *Revista Trip* ofereceram as defesas escritas de fls. 26-28 e 31-38, rebatendo os argumentos constantes da inicial da representação.”

Quanto ao mérito, opina o *Parquet*:

“A representação não tem como ser acolhida.

A matéria publicada na *Revista Trip*, cujo exemplar está em anexo, não retrata propaganda em favor de qualquer das frentes parlamentares. Trata-se, na verdade, de reportagem jornalística, onde podem ser identificadas posições favoráveis e contrárias ao comércio de venda de armas no país. Na reportagem, são entrevistados personagens, inclusive o Sr. Forjas Taurus, proprietário de indústria de armamentos, que se posicionam claramente contra a proibição da venda de armas e munição.

Além disso, ao contrário do que estabelece a lei para a propaganda no rádio e na televisão, não há impedimento de que a imprensa escrita assuma posição política durante a campanha. Só o abuso dessa liberdade pode ser questionado a título de uso indevido dos meios de comunicação social, a ser apurado por meio de investigação judicial eleitoral.”

Após citar julgados do Tribunal Superior Eleitoral a respeito (Medida Cautelar nº 1.241/DF, RESpe nº 19.438/MA e Acórdão nº 19.128), conclui o eminente vice-procurador-geral eleitoral:

“em relação à propaganda feita mediante *outdoors* (fls. 9-11), poderia haver irregularidade, já que o art. 14, da Res. nº 22.033, somente a permite após a realização de sorteio. Não há nos autos nenhuma prova acerca da realização ou não desse sorteio. De qualquer modo, o documento de fl. 45 mostra que os *outdoors*, colocados em 14 pontos da cidade de São Paulo, somente permaneceram afixados no período de 10.9.2005 até 25.9.2005.

À vista do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina no sentido de que seja julgada improcedente a representação.”

O Ministério Público, a meu ver, tem razão.

A vedação de que os órgãos de imprensa assumam postura editorial a favor ou contra a proibição da venda de



armas de fogo e munição não se aplica à mídia impressa. A representante o reconhece (fl. 3) e a jurisprudência da Corte, em casos semelhantes, é neste sentido.

No caso, a leitura das 16 páginas publicadas pela *Revista Trip* sobre o assunto revela a tendência da revista em favor da proibição. Não vislumbro, contudo, abuso. Ao contrário, a matéria traz diversas opiniões contrárias à proibição da venda de armas e munições, tais como a da estudante de Direito Marina Bozola e a de seu pai, José Ricardo.

Destaco, também, a opinião, manifestada na reportagem, do jurista Adilson Dallari, francamente contrária à proibição em tela. Além disso, a matéria traz entrevista, de nada menos do que duas páginas inteiras, contendo 17 perguntas, com Carlos Murgel, presidente de grande fabricante de armas de fogo, a conhecida Taurus. Nela, Carlos Murgel, obviamente, defende posição contrária à proibição, esgrimindo argumentos como o de que “ter uma arma legal é um direito do cidadão honesto, que paga seus impostos e quer defender a família”.

Quanto aos *outdoors*, anunciam a edição da revista, onde esta manifesta sua posição a respeito do tema. Além do mais, segundo se demonstra documentalmente, o período em que ficariam expostos (fl. 45) se esgotou um dia antes do ajuizamento desta representação. Assim, ainda que fosse o caso – e, a meu juízo, não seria –, não se teria como atender ao que requerido a respeito: a “retirada de todos os *outdoors*” e a proibição de veiculação dos mesmos (fl. 7).

Do exposto, julgo *improcedente* a representação. Intimem-se pela forma regulamentar.

Brasília, 1º de outubro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 2.10.2005, às 14h30min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 797/DF**

**RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI**

**DECISÃO:** A frente parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa representa contra a frente parlamentar Por um Brasil sem Armas e contra o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, sob a alegação de que este, conquanto proibido, veicula propaganda em favor daquela. Pede a concessão de liminar que determine “(...) a suspensão de qualquer ato de apoio, doação direta ou indireta, em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie (...)” do segundo à primeira representada, “sob pena de multa”.

O art. 10, da Instrução nº 98, do Tribunal Superior Eleitoral, dispõe que “é vedado à frente parlamentar receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie (...)” vinda dos entes que, a seguir, enumera.

Dentre os entes enumerados, estão os sindicatos (inciso VI).

O documento de fl. 7 constitui, sem dúvida, *publicidade* (de qualquer espécie), ocorrendo, assim, a meu ver, neste exame preliminar, a plausibilidade do pedido formulado na representação.

De outro lado, penso que, vedada determinada conduta, na dinâmica própria de um processo eleitoral ou de referendo, a sua prática pressupõe a quebra de igualdade de oportunidade. Tal quebra de igualdade há de ser feita objetivamente. Decorrerá do não-atendimento à vedação contida na norma. Não do juízo subjetivo que se possa fazer

da potencialidade de tal conduta afetar o resultado da eleição ou do referendo.

Nesta ordem de raciocínio, se é clara a vedação, seu desrespeito importa, sempre, quebra de igualdade de oportunidade. E, assim, se não for impedida a prática da conduta vedada – que objetivamente fora proibida porque apta à quebra de igualdade de oportunidade – a demora acarretará prejuízo.

Concedo, assim, a liminar. Concedo-a, no entanto, em limite menor que o formulado no pedido. Ali se pede que seja determinada a suspensão de qualquer ato de *apoio*, doação, etc.

A norma (art. 10, da Instrução-TSE nº 98) o que veda é o recebimento de *doação* (em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie). A norma não veda *apoio*. Vedasse, haveria de ser tida por inconstitucional.

Concedo, como disse, a liminar pedida, para suspender a *publicidade* que o sindicato representado faz em seu *site* na Internet, em favor da frente parlamentar representada.

Oferecidas as respostas ou decorrido o prazo para suas ofertas, colha-se o parecer do Ministério Público Eleitoral. Com parecer, voltem-me os autos para conclusão.

P. e I.

Brasília, 27 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 27.9.2005, às 14h.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 798/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Decisão. Denego a liminar.

É salutar o amplo debate sobre o tema. Não há prova inequívoca sobre os fatos alegados.

Esgotados o prazo de resposta, ao Ministério Público.

Brasília, 28 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 28.9.2005, às 18h30min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 799/DF**

**RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO**

**DECISÃO:** Em juízo provisório, que é o cabível nesta fase processual, não me parece que o inciso IV do art. 10 da Instrução-TSE nº 98 ampare a tese da representante. Confira-se o teor do citado dispositivo, *verbis*:

“É vedado à frente parlamentar receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal.”

Alega a representante que a UNE estaria recebendo recursos do governo federal e que não seria permitido “que entidades que recebem recursos do governo federal a título de contribuição compulsória, participem de campanha deste tipo”.

O dispositivo da Instrução nº 98, a meu ver, se refere a entidades que, por determinação legal, recebam, elas próprias, na condição de beneficiárias, contribuição compulsória.

De qualquer modo, apesar da assertiva acima transcrita, a representante não indica que disposição legal supostamente obrigaria o governo federal a repassar, à UNE, alguma contribuição, quanto mais compulsória.

Assim, em um juízo preliminar, entendo faltar à representação o *fumus boni iuris*, o que me leva a *indeferir a liminar*.

Aguardem-se as respostas pelo prazo regulamentar. Vencido este, com ou sem aquelas, remetam-se os autos ao douto Ministério Público Eleitoral, para parecer no prazo previsto no art. 7º da Instrução nº 89 (Res.-TSE nº 22.032). Efetivadas tais providências, voltem-me os autos para decisão.

Brasília, 28 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 29.9.2005, às 15h30min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 801/DF**

**RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI**

**DECISÃO:** A Fundação Santo André é fundação de utilidade pública (fl. 14)

Os documentos de fls. 8, 9, 10, 11 e 12, comprovam, à primeira vista, que tal fundação faz propaganda em favor da frente parlamentar representada.

A Instrução-TSE nº 98, no seu art. 10, V, proíbe doação de entidade de utilidade pública às frentes parlamentares envolvidas no referendo e a proibição, a meu ver, basta para se afirmar que, veiculada a propaganda, há, objetivamente, a quebra de igualdade de oportunidade.

Com estas observações e neste juízo primeiro, *defiro* a liminar pedida para suspender a veiculação de tal propaganda e, por enquanto, a realização dos “eventos” nela anunciados.

Oferecidas as respostas ou decorrido o prazo de sua oferta, colha-se o parecer do d. Ministério Público Eleitoral.

Com parecer, voltem-me os autos para decisão.

P. e I.

Brasília, 29 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 30.9.2005, às 11h20min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 802/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Decisão. Os fatos, como apresentados pelo representante, não me convencem, de imediato, que exista violação às normas fixadas para a propaganda do plebiscito. Há uma zona cinzenta entre o direito de informar, discutir e debater a questão em análise e a propaganda.

*Indefiro* a liminar.

Aguarde-se a manifestação, no prazo legal da parte representada.

A seguir, com ou sem manifestação, esgotado o prazo legal, ao Ministério Público.

Not.

Brasília, 29 de setembro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 29.9.2005, às 17h50min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 802/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** Decisão.

Há erro interpretativo de pedido de folhas.

Homologo a desistência requerida. Produza os efeitos legais.

A ressalva da renúncia não merece consideração.

Informe-se inclusive o MP desta decisão.

Publique-se.

Em 3.10.2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 3.10.2005, às 16h30min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 803/DF**

**RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO**

**DECISÃO:** Decisão.

Em um juízo provisório, que é o cabível nesta fase processual, não creio deva ser concedida a liminar. As matérias jornalísticas trazidas com a inicial não constituem, a meu ver, prova suficiente a justificar a concessão da medida, especialmente *inaudita altera pars*.

Na verdade, antes que a novela seja transmitida, não há como afirmar que servirá de meio a que a emissora representada difunda “opinião favorável ou contrária a qualquer das propostas do referendo”, ou que dará “tratamento privilegiado a qualquer das frentes parlamentares” ou, ainda, que servirá de veículo a “alusão ou crítica às frentes parlamentares”.

O tema posto na presente representação é dos mais sensíveis e não autoriza juízos apressados. Filmes, novelas, seriados, entre outros, veiculam, cotidianamente, cenas de violência. Nem por isso devem, a não ser que a conduta da emissora se enquadre nas proibições previstas pelas normas pertinentes, ter proibida sua transmissão.

Por outro lado, as matérias juntadas – publicadas em 27 e 29 de setembro deste ano – não são, à primeira vista, conclusivas. Tanto isto é verdade, que o autor, Mário Prata, “se defende das críticas provocadas pelo nome da trama” (fl. 12), que é Bang-Bang. Ao que parece, pois, houve, em um primeiro momento, a preocupação de que a novela fosse favorável à tese sustentada pela representante.

*Indefiro*, portanto, a liminar. Transcorrido o prazo para resposta das representadas, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Eleitoral, para parecer em 24 (vinte e quatro) horas. Após, voltem-me conclusos para decisão.

Brasília, 1º de outubro de 2005.

(Sábado.)

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 2.10.2005, às 10h.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 804/DF**

**RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI**

**RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** *Indefiro* a liminar. Aguarde maiores esclarecimentos. Resposta nos autos.

A seguir, ao Ministério Público.

Brasília, 2 de outubro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 2.10.2005, às 13h30min.*

#### **REPRESENTAÇÃO Nº 805/DF**

**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

**DECISÃO:** *Indefiro* a liminar. O direito de informar não se confunde com o de propaganda.

Aguarde resposta.

A seguir, ao Ministério Público.

Brasília, 2 de outubro de 2005.

*Publicada mediante afixação na Secretaria Judiciária, em 2.10.2005, às 13h.*



## PUBLICADOS NO DJ

**ACÓRDÃO Nº 345, DE 13.9.2005**

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 345/SP**

**RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO**

**EMENTA:** Câmara Municipal. Número de cadeiras. Res. nº 21.702 do Tribunal Superior Eleitoral. Constitucionalidade.

Na dicção da ilustrada maioria do Supremo, em relação à qual guardo reservas, a Res.-TSE nº 21.702, estabelecendo o número de cadeiras nas diversas câmaras municipais do país, é harmônica com a Constituição Federal.  
**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 524, DE 25.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS Nº 524/RO**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Agravo regimental. *Habeas corpus*. Eleições 2004. Ação de impugnação de mandato eletivo. Fundamentos da decisão agravada não invalidados. *Habeas corpus* não é instrumento apropriado para trancar ação de impugnação de mandato eletivo, pois não há iminência de cerceio à liberdade individual.  
**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 885, DE 28.6.2005**

**RECURSO ORDINÁRIO Nº 885/AP**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Recurso ordinário. Eleições 2002. Captação ilícita de sufrágio. Configuração. Provimento negado. Configurada a captação ilícita de votos, decorrente da prática de assistencialismo, impõe-se a aplicação de multa.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 893, DE 6.9.2005**

**RECURSO ORDINÁRIO Nº 893/TO**

**RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**EMENTA:** Recurso ordinário. Eleição 2004. Ação de impugnação de mandato eletivo. Abuso e captação ilegal de sufrágio. Não demonstrada a ilicitude.

Negado provimento.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 1.181, DE 2.10.2002**

**MEDIDA CAUTELAR Nº 1.181/SP**

**RELATOR: MINISTRO FERNANDO NEVES**

**EMENTA:** Medida cautelar. Representação com base no art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Mandado de segurança.

Agravo regimental. Liminar. Concessão. Cassação da sentença na parte que aplicava o art. 15 da LC nº 64/90. Recurso especial. Efeito suspensivo.

Sentença. Efeito imediato. Art. 15 da LC nº 64/90. Art. 216 do Código Eleitoral. Não-aplicação.

Medida cautelar indeferida.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 1.700, DE 13.9.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1.700/MG**

**RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**EMENTA:** Medida cautelar. Pedido de liminar. Efeito suspensivo a recurso especial retido. Indeferimento de liminar e da própria cautelar. Agravo regimental. Ausência dos pressupostos autorizadores da medida excepcional.

A jurisprudência desta Corte já assentou no sentido de ser cabível, no processo eleitoral, a retenção de recurso interposto em face de decisão interlocutória.

Agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão impugnada.

Não-provimento.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 4.491, DE 18.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4.491/DF**

**RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**EMENTA:** Agravo regimental. Agravo de instrumento. Recurso especial. Propaganda antecipada (art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97). Regularização postulatória em fase recursal. Representação proposta com base nos arts. 96 da Lei nº 9.504/97 e 22 da LC nº 64/90. Ausência de inépcia da inicial. Conversão em reais dos valores fixados em Ufirs. Possibilidade. Dissídio jurisprudencial não configurado. Ausência de prequestionamento. Fundamentos não infirmados.

1. É cabível a regularização postulatória em sede recursal, no âmbito do TRE.

2. Não é inepta a representação proposta com base nos arts. 96 da Lei nº 9.504/97 e 22 da LC nº 64/90. É suficiente que a inicial descreva os fatos e leve ao conhecimento da Justiça Eleitoral eventual prática de ilícito eleitoral.

3. A extinção da Ufir, como índice de correção monetária, acarretou a não-atualização dos valores em reais das multas previstas na legislação eleitoral. Possibilidade da conversão em moeda corrente.

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência,  
contém resumos não oficiais de decisões do TSE  
ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.

4. Para a caracterização do dissídio, é necessário que seja feito o cotejo analítico e que haja similitude fática entre os julgados.

5. Ausente o prequestionamento da alegada violação ao art. 5º da Constituição Federal.

6. É necessário que os fundamentos da decisão agravada sejam especificamente infirmados, sob pena de subsistirem suas conclusões.

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 4.790, DE 23.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 4.790/PA**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Agravo. Eleições 2002. Representação. Propaganda irregular. Regimental. Fundamentos não afastados. Não-provimento.

Nega-se provimento a agravo regimental que não afasta os fundamentos da decisão impugnada.

Recurso especial não é meio próprio para análise de provas.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.487, DE 23.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.487/PB**

**RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES**

**EMENTA:** Agravo regimental. Agravo de instrumento. Impugnação de votação. Reexame de prova.

Agravo desprovido.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.522, DE 25.8.2005**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.522/MT**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Agravo de instrumento. Ausência. Procuração. Recurso inexistente. Agravo regimental. Improvimento. Embargos. Alegação. Omissão. Improcedência.

1. O traslado da procuração na formação do agravo de instrumento demonstra-se indispensável para comprovar a regularidade da representação processual, o que se averigua por intermédio do instrumento do mandato, exigência que se aplica, inclusive, na Justiça Eleitoral. Embargos rejeitados.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.545, DE 13.9.2005**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.545/MG**

**RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**EMENTA:** Embargos de declaração. Omissão. Inexistência.

As omissões que ensejam os embargos declaratórios são aquelas pertinentes aos temas submetidos a julgamento. Rejeitados.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.694, DE 25.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.694/SP**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Agravo regimental. Agravo de instrumento. Conduta vedada. Art. 73, inciso I, da Lei nº 9.504/97. Não-demonstração. Divergência jurisprudencial. Impossibilidade. Reexame de prova. Multa. Mínimo legal. Ausência. *Bis in idem*.

Agravo não provido.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.764, DE 25.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.764/SP**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Agravo regimental. Agravo de instrumento. Legitimidade. Procuradoria da Fazenda Nacional. Execução fiscal. Multa eleitoral. Dívida ativa não tributária. Agravo improvido.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.766, DE 6.9.2005**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.766/SP**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Embargos de declaração. Divergência. Ausência. Litispendência. Decisão unipessoal. Recebimento. Agravo regimental. Fundamentos não invalidados. Provimento negado.

A divergência exige a realização de confronto analítico. A litispendência requer identidade de partes, da causa de pedir e do pedido.

O art. 77 da Lei nº 9.504/97 não é inconstitucional, porque não cria hipótese de inelegibilidade.

Recurso especial não é meio idôneo para exame de fatos e de provas.

Nega-se provimento a agravo regimental que não afasta os fundamentos da decisão impugnada.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.806, DE 25.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 5.806/BA**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Agravo de instrumento. Agravo regimental. Registro de candidatura. Impugnação. Candidato. Vice-prefeito. Irregularidade. Convenção partidária. Decisão regional. Acolhimento. Preliminar. Ilegitimidade ativa.

Questão *interna corporis*. Agremiação partidária. Entendimento em consonância com a jurisprudência do TSE. Dissenso jurisprudencial. Precedente invocado. Decisão monocrática. Não-configuração. Improriedade. Apresentação. Acórdão. Pretensão. Configuração. Divergência. Objetivo. Solução. Equívoco. Erro. Numeração. Ocasão. Interposição. Agravo regimental. Fundamentos não infirmados. Agravo desprovido.  
**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 5.844, DE 25.8.2005**  
**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5.844/SP**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Representação. Propaganda eleitoral irregular. *Outdoors*. Art. 42, § 11, da Lei nº 9.504/97. Decisão. Instâncias ordinárias. Procedência. Alegação. Natureza da propaganda. Necessidade. Reexame. Fatos e provas. Impossibilidade. Súmula-STF nº 279. Incidência. Divergência jurisprudencial. Não-configuração.

1. Assentando as instâncias ordinárias a natureza da propaganda eleitoral irregular veiculada por intermédio de *outdoors*, não há como se examinar a alegação de que consistiria essa propaganda em meras placas porque isso exigiria o reexame de fatos e provas, inadmissível em sede de recurso especial, conforme disposto na Súmula-STF nº 279.

2. Considerando a mesma premissa sobre a natureza da propaganda em questão, não resta caracterizada a divergência jurisprudencial com precedentes desta Casa que tratam da distinção entre placas e *outdoors*.

3. Tendo em vista que o conhecimento do apelo encontra óbice em súmula do STF, acertada a decisão monocrática que nega seguimento a esse recurso, com base no art. 36, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral, não havendo a extrapolação dos poderes conferidos ao relator pelo referido dispositivo regulamentar, muito menos a violação aos arts. 121, § 4º, I, e 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Agravo regimental a que se nega provimento.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 21.629, DE 30.8.2005**  
**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.629/PB**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Exceção de suspeição. Decisões. Tribunal Regional Eleitoral. Imposição. Multas. Litigância de má-fé. Art. 17, VI, do Código de Processo Civil. Recurso especial. Reexame. Fatos e provas. Impossibilidade. Súmula-STF nº 279. Incidência.

1. Para se infirmar as razões do Tribunal *a quo*, que, em face do ajuizamento de ação de suspeição naquela instância, entendeu configurada a litigância de má-fé pela oposição de incidente manifestamente infundado (art. 17, VI, do CPC), seria necessário o reexame de fatos e provas, o que não é possível em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula-STF nº 279.

Agravo regimental a que se nega provimento.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 21.753, DE 2.8.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.753/MG**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Agravo regimental. Recurso especial. Eleições 2004. Representação. Propaganda extemporânea. Provas. Revolvimento. Fundamentos não infirmados. Dissídio. Não-caracterização.

Nega-se provimento a agravo regimental que não ilide os fundamentos da decisão impugnada.

Para a caracterização do dissídio, é insuficiente a transcrição de ementas, impondo-se a realização do confronto analítico.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 23.049, DE 25.8.2005**

**2ºs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 23.049/PA**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Recurso especial. Eleições 2004. Embargos declaratórios nos embargos declaratórios. Agravo regimental. Caráter protelatório. Rejeição.

Em não havendo omissão, obscuridade ou contradição, nos termos do art. 275, I e II, do Código Eleitoral, são rejeitados os embargos de declaração.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 25.015, DE 9.8.2005**

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.015/SP**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Recurso especial. Eleições 2004. Ação de investigação judicial eleitoral. Partido coligado. Ilegitimidade ativa. Provimento.

A coligação aperfeiçoa-se com o acordo de vontade das agremiações políticas envolvidas e com a homologação deste pela Justiça Eleitoral. A partir de tal acordo, considera-se que os partidos estão coligados.

O partido coligado não possui legitimidade para, isoladamente, propor investigação judicial.

**DJ de 30.9.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 25.048, DE 1º.9.2005**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.048/SP**

**RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES**

**EMENTA:** Agravo regimental. Eleições 2004. Art. 41-A. Oferta de representação por partido coligado. Impossibilidade. Acórdão recorrido em harmonia com entendimento do TSE. Dissídio jurisprudencial. Não-caracterização.

Partido coligado não tem legitimidade para agir isoladamente na hipótese de representação por infração ao art. 41-A da Lei nº 9.504/97.

Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial pela divergência, quando a jurisprudência do TSE firmou-se no mesmo sentido da decisão recorrida. Incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Agravo regimental a que se nega provimento.

**DJ de 30.9.2005.**



**ACÓRDÃO Nº 25.082, DE 9.8.2005****RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.082/PR  
RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO****EMENTA:** Registro. Cassação.

O ato de cassação do registro é exaustivo, não cabendo ter como implícito o envolvimento da candidatura do vice-prefeito – arts. 18 da Lei nº 64/90 e 61 da Res. nº 21.608/2004 do Tribunal Superior Eleitoral. Candidato. Substituição.

Descabe ao intérprete inserir, no texto legal, restrição não contemplada. A substituição de candidato faz-se sem a impossibilidade de parente daquele que teve registro cassado vir a apresentar-se.

**DJ de 30.9.2005.****ACÓRDÃO Nº 25.257, DE 15.9.2005****AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.257/SP****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**EMENTA:** Recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação por pesquisa eleitoral divulgada. Julgamento antecipado da lide. Cerceamento de defesa. Inexistente. À instância ordinária cabe decidir sobre as provas e sobre o julgamento da lide, por incidência do Verbete nº 7 da súmula do STJ. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Negativa de seguimento. Agravo regimental. Fundamentos não infirmados. Decisão que se mantém.

Agravo regimental desprovido.

**DJ de 30.9.2005.****ACÓRDÃO Nº 25.283, DE 1º.9.2005****AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.283/SP****RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Representação. Pesquisa eleitoral. Divulgação. Horário eleitoral gratuito. Omissão. Margem de erro. Arts. 6º, parágrafo único, e 7º da Res.-TSE nº 21.576/2003. Infringência. Multa. Alegação. Ofensa. Princípio da reserva legal. Não-caracterização. Exercício. Competência. Art. 23, IX, do Código Eleitoral. Precedentes desta Corte.

Agravo regimental a que se nega provimento.

**DJ de 30.9.2005.****RESOLUÇÃO Nº 22.082, DE 13.9.2005****PETIÇÃO Nº 371/MG****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA**

**EMENTA:** Partido político. Estatuto. Alteração. Deferimento.

Atendidas as formalidades normativas, deve-se deferir o pedido de registro das alterações promovidas no estatuto do partido.

**DJ de 30.9.2005.****RESOLUÇÃO Nº 22.083, DE 15.9.2005****REGISTRO DE PARTIDO Nº 303/DF****RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES**

**EMENTA:** Registro definitivo de partido político. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Atendidos os requisitos da Lei nº 9.096/95, é de se deferir o registro definitivo da agremiação partidária.

**DJ de 30.9.2005.**

## DESTAQUE

**ACÓRDÃO Nº 24.531, DE 25.11.2004****EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 24.531/BA****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**Eleições 2004. Registro de candidato. Coligação para o pleito majoritário. Desistência de candidatos. Extinção da coligação. Substituição processual não admitida. Extinção do processo sem julgamento do mérito.**

Constituem-se as coligações partidárias por interesse comum para finalidade determinada – disputar eleição específica. A desistência dos candidatos, sem que a coligação lhes indique substitutos, extingue a coligação.

Sendo a coligação partidária pessoa jurídica *pro tempore* (Lei nº 9.504/97, art. 6º e seu § 1º), não se confunde com as pessoas individuais dos partidos políticos que a integram, ainda que todos.

Os partidos políticos integrantes de uma coligação não a sucedem para o fim de substituição processual.

A perda da legitimação da parte, implica extinção do processo sem julgamento do mérito (CPC, art. 267, VI).

Vistos, etc.,

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em extinguir o processo sem julgamento do mérito, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.  
Brasília, 25 de novembro de 2004.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, presidente –  
Ministro LUIZ CARLOS MADEIRA, relator.

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA: Senhor Presidente, o relatório e o voto dos embargos de declaração já estavam minutados, como agora se encontram concluídos, quando se sucederam fatos neste processo, que entendo deva o Tribunal apreciar, preliminarmente.

Em 20 de outubro, determinei a juntada de petição encaminhada por Milton José Fonseca Borges e a Coligação Pra Salvar Mucuri (fls. 1.472-1.475).

Em vista do informado naquela petição, solicitei informações à juíza da 35ª Zona Eleitoral, em contato telefônico.

Em 21 de outubro, proferi o seguinte despacho:

Vistos, etc.,

1. Diga o embargado sobre os declaratórios;  
2. Diga o embargante sobre os documentos juntados a contar da fls. 1.461, inclusive os que vieram com as informações da Meritíssima Juíza Eleitoral da 35ª Zona – Bahia.

3. Providencie a Secretaria Judiciária na juntada do andamento do Resp nº 24.035, sendo relator o e. Min. Caputo Bastos.

O prazo para que as partes se manifestem é comum de cinco (5) dias. (Fls. 1.465-1.465v.)

O embargado manifestou-se às fls. 1.472-1.475.

Os partidos: PL, PFL, PSC, PTC, PTN, PTdoB e PMN, que juntos compõem a Coligação Frente Progressista Mucuri do Trabalho, por seus advogados, manifestaram-se às fls. 1.484-1.503, tendo sido também anexados os instrumentos de outorga de poderes.

Verifiquei que as informações prestadas pela juíza da 35ª Zona Eleitoral não haviam sido juntadas, portanto, sobre elas não falara a embargante.

Exarei novo despacho, no qual consignei:

Considerada a ulterior juntada do documento de fls. 1.507 e seguintes, reabro o prazo de fls. 1.465 e verso.

Em 28.10.2004. (Fl. 1.531.)

Em 3 de novembro, veio a manifestação das agremiações que formam a Coligação Frente Progressista Mucuri do Trabalho (fls. 1.536-1.546), bem como os originais das procurações.

Os autos voltaram conclusos em 5 de novembro.

Em 7 de novembro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) peticionaram requerendo suas admissões como assistentes da recorrente.

Em 9 de novembro, determinei a juntada de petição, protocolada em 29.10.2004, encaminhada pelo representante da Coligação Frente Progressista Mucuri do Trabalho, Robson Carlos Pereira da Silva, na qual informa a revogação dos mandados de procuração e eventuais substabelecimentos dos advogados: Ricardo Medeiros de Souza, Rogério dos Santos Soares e Camillo Alexandre Gazinnelli.

Naquela mesma data, determinei a juntada de petição encaminhada pelos partidos: PL, PFL, PSC, PTC, PTN, PTdoB e PMN, em que ratificam os termos dos recursos interpostos e requerem o prosseguimento do feito.

A conclusão dos autos foi a 10 de novembro.

É o relatório.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA (relator): Senhor Presidente, a situação trazida pelo embargado, confirmada pela juíza, no entendimento da embargante, em nada prejudica a apreciação dos declaratórios.

A petição do embargado revela a não-participação nas eleições de 2004 da Coligação Frente Progressista Mucuri do Trabalho, constituída que foi para o pleito majoritário. Essa coligação é impugnante e ora embargante. A situação

está posta na certidão exarada pelo cartório da 35ª Zona Eleitoral, de 21 de outubro de 2004, que consigna:

[...] revendo os livros e arquivos desta secretaria, encontrei arquivados com sentença transitada em julgado, os autos dos processos nº 1.562/2004, 1.563/2004 e 1.564/2004, onde constatei que nos autos 1.562 figura como requerente a Coligação Frente Progressista Mucuri do Trabalho composta pelos partidos PTN/PSC/PL/PFL/PMN/PTC e PTdoB para concorrer às *eleições majoritárias* tendo apresentado como candidatos os Senhores Roberto Carlos Figueiredo Costa, prefeito, e Elvacy Venâncio dos Santos, vice-prefeito.

Nos autos 1.563/2004 o Sr. Roberto Carlos Figueiredo Costa teve o registro de candidatura deferido na data de 7 de agosto de 2004 e, na data de 25 de setembro de 2004, o candidato apresentou pedido de desistência de sua candidatura o qual foi homologado pelo juízo na mesma data. A coligação foi intimada e *não apresentou candidato substituto*;

O mesmo ocorreu com o candidato a vice-prefeito Elvacy Venâncio dos Santos que teve o seu registro de candidatura deferida nos autos nº 1.564/2004 em 14 de agosto de 2004 e, em 15 de setembro de 2004, formalizou pedido de desistência o qual foi homologado pelo juízo na mesma data, *sem que a coligação também tenha apresentado candidato substituto*. (Fl. 1.508.)

Os partidos políticos coligam-se, por interesses comuns, para um fim identificado: disputar – e se possível vencer – um pleito determinado (Ac. nº 19.759/PR, da minha relatoria).

Na sua linha de atuação, as coligações pedem o registro de seus candidatos, apresentam impugnações, sempre para o pleito a que estão concorrendo, propõem ações, interpõem recursos. Conforme dispõe o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.504/97<sup>1</sup>, a elas são atribuídas as “[...] prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral [...]” e devem “[...] funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários”.

Não é permitido ao partido integrante agir isoladamente desde o registro até as eleições; não se lhe admite intervir em processo de impugnação de registro no qual não foi parte.

As coligações definem-se como pessoas jurídicas *pro tempore* e são dadas, repita-se pelo interesse comum dos seus integrantes e pela finalidade – disputar eleição determinada.

<sup>1</sup>Lei nº 9.504/97:

“Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 1º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.”

Tenho que a desistência dos candidatos da coligação, não lhes havendo sido indicado substitutos, extingue a coligação pelo desaparecimento da finalidade.

Defendem os partidos a modificação formal das partes, argumentando que:

[...] em ações iniciadas por coligação é possível que ocorra o fenômeno da *mudança formal das partes*, uma vez que a coligação como *pessoa jurídica pro tempore* tem a sua duração já previamente limitada, fazendo com que o decurso de tempo possa importar a *retificação subjetiva na lide*. (Fl. 1.486.)

Alegam que:

A ação movida pela coligação, em verdade, representa a vontade una dos partidos que a compõe (*e não de seus candidatos*). Evita-se, desse modo, a deflagração de legitimidade pulverizada, de modo que a ação somente será ajuizada e *persistirá* se estiver em consonância com a *unidade da coligação*. Daí porque, tem-se como pacífico no Tribunal Superior Eleitoral:

“A coligação é unidade partidária e representante legítima das agremiações que a integram” (TSE, Agravo de Instrumento nº 12.550, rel. Min. Diniz Andrada).

Dessa forma, ao contrário do que foi deduzido maliciosamente pelo aparte adversa, não há qualquer controvérsia nos partidos que formaram a pretérita Coligação Frente Progressista Mucuri do Trabalho. Muito pelo contrário, sem exceção, todos os partidos que participavam da coligação abonam a presente ação. Ora, *a coligação deve ser vista como pessoa jurídica pro tempore, que representa a vontade una dos partidos, e não dos seus candidatos*. (Fls. 1.488-1.489.)

Pretendem os partidos a admissão como substitutos processuais da coligação.

Nos termos do art. 41 do Código de Processo Civil:

Art. 41. Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.

Somente na ocorrência da “morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores”, nos termos do art. 43 do mesmo código.

Observo que não se confundem os sócios – no caso os partidos, com a pessoa jurídica, no caso a coligação.

A coligação não é uma massa, como no condomínio, em que os condôminos podem agir, a qualquer tempo, individualmente.

Imbricam-se nessa associação de partidos políticos o interesse e a finalidade. À falta de qualquer dos seus pressupostos, extingue-se a coligação. Constituem-se para a eleição. Não há coligação sem candidato.

A esses fundamentos, tenho que deve ser declarado extinto o processo, sem julgamento do mérito, na ausência de condições de legitimidade de parte e interesse processual (CPC, art. 267, VI).

É o voto.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS: Senhor Presidente, estou inteiramente de acordo com o eminente Ministro Luiz Carlos Madeira. Tive até oportunidade de conversar com S. Exa., visto que tenho caso muito parecido.

Portanto, na mesma linha do entendimento de S. Exa., o acompanho.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO: Houve participação do partido, isoladamente?

O SENHOR MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA (relator): Os candidatos da coligação desistiram antes da eleição. Foi dada a oportunidade para a coligação substituir, o que não ocorreu. Portanto, diante da comunicação desses fatos e da comprovação perante a juíza, abri oportunidade para que as partes se manifestassem, trazendo a procuração dos partidos que integravam a coligação, pretendendo dar seguimento ao feito, quando existe pendência do julgamento de embargos de declaração.

Eles querem dar seguimento ao feito, não como a coligação que não existe mais, mas como os partidos que a integravam.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO: Partidos individualizados.

O SENHOR MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA (relator): E que, a essa altura dos acontecimentos, nem a coligação existe, nem candidato há, porque desistiram.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO: Acompanho Vossa Excelência.

**DJ de 30.9.2005.**

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.